





Novos Cadernos NAEA

v. 27, n. 3 • set-dez 2024 • ISSN 1516-6481/2179-7536



**ECOSSISTEMA AMAZÔNICO, COMUNIDADES
LOCAIS E ALCANCE DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
TEIA COMPLEXA ENTRE SAÚDE E CLIMA**

**AMAZONIAN ECOSYSTEM, LOCAL COMMUNITIES, AND
ACHIEVEMENT OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS:
INTRICATE WEB BETWEEN HEALTH AND CLIMATE**

Nádile Juliane Costa de Castro  

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

RESUMO

A partir do evento “Diálogos Amazônicos”, programação prévia à Cúpula da Amazônia, instituições governamentais, de pesquisa e sociedade civil discutiram caminhos para mitigar efeitos das mudanças climáticas, entre eles os relacionados à saúde. Essa dinâmica envolveu a pluralidade e a diversidade dos povos e das populações da Amazônia. Objetivo: Analisar como as práticas das comunidades amazônicas contribuem para a preservação ambiental e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 e 13, destacando desafios na integração entre os debates sociais e as decisões oficiais da Carta de Belém. Metodologia: O texto se configura como um ensaio reflexivo teórico, apoiado na literatura da área e nos eixos discutidos no evento e em documentos institucionais nacionais e internacionais. Resultados: É imperativa a participação da sociedade civil nas discussões acerca das metas que envolvem os Objetivos, no intuito de vislumbrar necessidades e peculiaridades regionais, que impactam a saúde global. Ao fim, foram reforçados, no evento “Diálogos Amazônicos”, os objetivos transversais de conservação, de equidade e de sustentabilidade, no que concerne à interligação entre a preservação da Amazônia e a saúde das comunidades locais. Foram observadas as limitações das demandas indicadas nas plenárias e a não incorporação destas no documento formal final do evento, a Carta de Belém, o que demonstra a falta de convergência prática entre as discussões e os encaminhamentos oficiais.

Palavras-chave: meio ambiente; equidade; comunidades tradicionais; desenvolvimento sustentável; povos indígenas; clima.

ABSTRACT

As part of the “Amazon Dialogues” event, a program before the Amazon Summit, government institutions, research institutions, and civil society discussed ways to mitigate the effects of climate change, including those related to health. This dynamic involved the plurality and diversity of the peoples and populations of the Amazon. Objective: To analyze how the practices of Amazonian communities contribute to environmental preservation and the achievement of Sustainable Development Goals 3 and 13, highlighting challenges in the integration between social debates and the official decisions of the Belém Charter. Methodology: The text is configured as a theoretical reflective essay, based on the literature in the area and the axes discussed at the event and in national and international institutional documents. Results: Civil society must take part in discussions about the targets involving the Goals, to see regional needs and peculiarities that impact global health. In the end, the “Amazon Dialogues” event reinforced the cross-cutting objectives of conservation, equity, and sustainability, concerning the interconnection between the preservation of the Amazon and the health of local communities. We noticed the limitations of the demands indicated in the plenary sessions and the failure to incorporate them into the final formal document of the event, the Letter of Belém, which demonstrates the lack of practical convergence between the discussions and the recommendations made.

Keywords: environment; equity; traditional communities; sustainable development; indigenous peoples; climate.

1 INTRODUÇÃO

Ocupando uma vasta extensão territorial na América do Sul, a Amazônia emerge como uma das regiões mais significativas do planeta, tanto em termos de biodiversidade quanto de recursos naturais (Couto, 2021; Copertino *et al.*, 2021). Essa floresta tropical abriga aproximadamente um terço das espécies vivas do mundo, atuando como um dos maiores sumidouros de carbono (Malhi *et al.*, 2008) e como reguladora do clima do planeta (Copertino *et al.*, 2021). Ademais, a Amazônia é um celeiro de diversidade cultural, com povos indígenas e com comunidades tradicionais, cujas complexidades ecológica e cultural estabelecem sua importância no contexto regional e, também, no global (Couto, 2021; Lira; Chaves, 2016).

Sabe-se de que a região amazônica enfrenta desafios multifacetados, incluindo desmatamento acelerado, degradação ambiental, ameaças à biodiversidade e mudanças climáticas (Couto, 2021; Copertino *et al.*, 2021). Em particular, o desmatamento compromete a capacidade da região de atuar como um sumidouro de carbono, o que agrava as mudanças climáticas globais (Copertino *et al.*, 2021). Além disso, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade afetam negativamente a qualidade de vida das comunidades locais, incluindo povos indígenas e populações tradicionais, que dependem destes ecossistemas há várias gerações (Couto, 2021).

Nesse sentido, verifica-se a necessidade de discutir as emergências da sociedade, que devem envolver as populações de localidades específicas (Artaxo, 2020; Burtet; Fontanela; Marocco, 2022; Couto, 2021), em virtude do conhecimento etnobotânico destas populações (Berkers, 1999; Pereira; Diegues, 2010) e da proteção de áreas de grande biodiversidade que exercem, importantes para o equilíbrio climático, favorecendo as inclusões de ações e de estratégias, que contribuam para a sustentabilidade ambiental, com potenciais implicações na saúde global (Artaxo, 2020; Couto, 2021).

Os modelos de manejo sustentável praticados por estes povos e populações (Pereira; Diegues, 2010) podem fornecer soluções tangíveis (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022) para desafios ambientais e climáticos, como o aumento das zoonoses, devido ao aquecimento global (Carvalho *et al.*, 2020). Áreas protegidas habitadas por povos indígenas e por populações tradicionais conservam ecossistemas essenciais às prevenções de surtos e de epidemias, assim apoiar e integrar as práticas destas comunidades é crucial para transformar a realidade, pois territórios sob gestão indígena

ou tradicional apresentam taxas mais baixas de desmatamento (Ferreira; Venticinque; Almeida, 2005).

No tocante ao aquecimento global, destaca-se que a participação de lideranças da sociedade civil em eventos que discutem e que negociam medidas e esforços para mitigar os efeitos das mudanças climáticas no mundo, principalmente as de povos e de comunidades tradicionais, possibilita convergir com práticas ecológicas equânimes (Artaxo, 2020; Couto, 2021). Tal iniciativa oportuniza ratificar documentos, que dialogam e que se complementam, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Acordo de Paris sobre mudanças do clima e as políticas de saúde para grupos específicos no Brasil.

Isso é essencial para alcançar as metas estabelecidas pela Agenda 2030 (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022) dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima). O ODS 3 está intrinsecamente ligado à promoção da saúde das populações que dependem dos ecossistemas da Amazônia, enquanto o ODS 13 ressalta as necessidades de conservação e de manejo sustentável destes ecossistemas, para enfrentar os desafios das mudanças climáticas (ONU, 2015).

Embora as metas sinalizadas no modelo da Agenda 2030 abordem questões fundamentais de saúde e de ação climática, há lacunas evidentes sobre povos indígenas e sobre comunidades tradicionais nas discussões e nas estratégias globais, fator que subestima o potencial destas comunidades na promoção da saúde e no combate às mudanças climáticas (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022; Couto, 2021). Isso limita a amplitude e a eficácia dos próprios ODS de compreender a contribuição significativa destes grupos, bem como não os incorpora plenamente em suas metas (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022).

É necessário refletir sobre o papel destes povos e populações na consecução das metas de saúde e de sustentabilidade globais, apoiadas em suas práticas (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022; Couto, 2021; Pereira; Diegues, 2010). Ademais, a participação social é estrategicamente significativa para a conservação eficaz e para a governança ambiental (Macedo; Simonian, 2019), logo iniciativas que propõem este alinhamento também ratificam os pilares da democracia.

Um exemplo emblemático de constituições deste cenário diz respeito ao “Diálogos Amazônicos”, evento que ocorreu em Belém, do

Pará, antecedendo à “Cúpula da Amazônia”, organizada por oito países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A iniciativa se evidenciou como uma resposta à crescente necessidade de abordar os complexos desafios enfrentados pelos povos e pelas populações que integram a região amazônica, haja vista que a Cúpula da Amazônia está direcionada a lideranças de Estado, não incluindo a participação da sociedade civil.

A incorporação das propostas discutidas no “Diálogos” nos documentos oficiais da Cúpula proporcionaria uma oportunidade única para líderes governamentais debaterem estratégias concretas para preservar a região, pela inserção das estratégias sinalizadas por representantes historicamente vulnerabilizados da sociedade civil — indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações tradicionais —, por especialistas acadêmicos e por outras partes interessadas (Artaxo, 2022).

O impacto do evento, que teve participação ampla e compartilhada, demonstrou a necessidade crítica de garantir que as vozes locais, especialmente as dos povos indígenas e populações tradicionais, sejam ouvidas e incorporadas ao processo decisório, consolidando a participação social (Macedo; Simonian, 2019). Em síntese, a implementação de estratégias eficazes para a Amazônia depende do reconhecimento e da valorização dos conhecimentos etnobotânicos e da manutenção de direitos destas populações (Couto, 2021; Lira; Chaves, 2016).

O presente ensaio reflete sobre a ligação entre a preservação ambiental e a saúde das populações amazônicas, com base em debates emergentes no evento “Diálogos Amazônicos”. A análise se ancora em conceitos de sustentabilidade, de equidade e de participação social, essenciais ao alinhamento com os ODS. A partir desta perspectiva, busca-se avaliar como as discussões realizadas no evento contribuíram para as formulações de propostas e de estratégias, que integram saúde, meio ambiente e participação social, visando um desenvolvimento sustentável para a região.

Nesses termos, em virtude de uma carência de estudos que discutam tal tema, questiona-se: como alcançar as metas estabelecidas nos ODS 3 e 13 para mitigar as mudanças climáticas, considerando as preservações do ecossistema amazônico e dos sistemas que envolvem a manutenção da saúde dos povos e das populações que habitam a região? Como a crescente degradação ambiental, o desmatamento e as mudanças climáticas na Amazônia e a participação ativa destes grupos nos processos de tomada de decisão são favoráveis ao alcance destas metas?

Nesse panorama, esse estudo visa analisar como as práticas das comunidades amazônicas contribuem para a preservação ambiental e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 e 13, destacando os desafios à integração dos debates sociais às decisões oficiais da Carta de Belém, no tocante à participação ativa das populações locais nas dinâmicas de tomada de decisão, tendo em vista sustentabilidade, equidade e autodeterminação.

2 DESENVOLVIMENTO

Para melhor discutir a temática, o texto foi dividido em três subitens: ODS 3 e saúde e bem-estar nas comunidades amazônicas; ODS 13 e a ação climática e a preservação ambiental; e superação da invisibilização dos grupos locais e fortalecimento da participação destes nas decisões e nas discussões globais.

2.1 ODS 3 E A SAÚDE E BEM-ESTAR NAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS

Essa seção aborda como o ODS 3, que foca em saúde e em bem-estar, pode ser alcançado, por meio do acolhimento das práticas de saúde tradicionais das comunidades amazônicas e da melhoria no acesso a serviços de saúde.

No âmbito da Amazônia, discutir saúde assume uma conotação particularmente desafiante, considerando as singularidades, a vulnerabilidade e as diversidades dos grupos que a compõem (Couto, 2021; Lira; Chaves, 2016). Para que haja uma atenção à saúde que considere tais dimensões, é necessário pensar em uma implementação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) que seja resolutiva (Franco; Giovanella; Bousquat, 2023) e que reconheça as realidades e as potencialidades dos povos e das populações locais, como agentes efetivos na mitigação das mudanças climáticas.

Essas realidades envolvem desafios específicos, que interseccionam saúde, cultura e ambiente (Couto, 2021), ao passo que as singularidades geográficas têm sido apontadas como uma característica que dificulta o acesso aos serviços, devido à complexidade de manter profissionais de saúde na RAS, dada a dispersão das comunidades e a necessidade de mobilidade pelos rios da região (Fausto *et al.*, 2022).

A dificuldade de manutenção de profissionais de saúde em regiões de difícil acesso, mesmo com as criações de programas, como o Mais Médicos

(PMM), e de políticas de acessibilidade, é notória (Brasil, 2013; Fausto *et al.*, 2022; ONU, 2021). As limitações à execução de processos de trabalho nos territórios, devido a estas singularidades, elucidam a fragilidade das políticas públicas de saúde em alcançar estes grupos, havendo a necessidade de dialogar sobre políticas diferenciadas para a região, portanto (Brasil, 2013).

Do mesmo modo, essas especificidades não são apontadas explicitamente na agenda que envolve as metas do ODS 3. Isso demonstra como é imperativo discutir estratégias, que apontem direcionamentos equitativos, considerando a integralidade do cuidado, o acesso e o processo de trabalho da saúde em regiões amazônicas (Franco; Giovanella; Bousquat, 2023), tendo em vista a implementação de metas e a articulação destas aos objetivos elencados.

Primeiramente, deve-se identificar as demandas, a partir das realidades destas comunidades, com o compromisso coletivo de promover saúde em uma das regiões mais biodiversas e culturalmente ricas do planeta (Couto, 2021; Lira; Chaves, 2016). As condições de desigualdade e de vulnerabilidade socioespaciais (Rodrigues; Rodrigues, 2020), principalmente entre indígenas e quilombolas (IBGE, 2023), são elementos que devem ser investigados, ao considerar as políticas públicas de saúde.

Esses dados podem subsidiar a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCF) (Brasil, 2013), assim como da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), contribuindo para dar respostas às iniquidades destes povos e destas comunidades (Carneiro; Pessoa; Teixeira, 2017), a partir da visibilidade deles — em especial, os quilombolas, que, até recentemente, não eram visualizados nos dados do Censo Demográfico.

Além disso, os desafios à implementação da sustentabilidade da RAS envolvem impactos socioambientais e desmatamento acelerado, que potencialmente têm mudado as distribuições de doenças e de agravos, exemplo emblemático de como a perda de biodiversidade impacta diretamente a saúde (Carvalho *et al.*, 2020; Couto, 2021). São aspectos que mudam paisagens, interrompendo as dinâmicas dos rios, necessários à mobilidade dos indivíduos e às manutenções da fauna e da flora, substancialmente importantes, quando pensamos no acesso a serviços de saúde e nas sustentações de fazeres e de saberes locais (Gama *et al.*, 2018).

Essas discussões exigem o fortalecimento de singularidades regionais — a partir das dinâmicas dos rios e dos modos de vida dos grupos que habitam a região —, ao se debater metas, como as do ODS 3.3, que

propõe os combates a epidemias e a doenças transmissíveis (ONU, 2015), dadas as alterações de ecossistemas identificadas em países tropicais (Artaxo, 2020). Mas a discussão sobre como as mudanças climáticas podem mudar este cenário é insipiente, considerando os diferentes eventos climáticos extremos, necessitando relacionar os diferentes territórios aos ODS 3 e 13.

Ademais, as conservações da Amazônia e dos povos e das populações que nela vivem perpassa as metas colocadas no Acordo de Paris sobre as mudanças do clima, que busca reverter os danos das mudanças climáticas à saúde global (Artaxo, 2020; ONU, 2015). Nesse sentido, dado que a saúde humana envolve a conservação do meio ambiente, as elevadas temperaturas, resultantes da degradação do meio ambiente, são potencialmente prejudiciais, portanto devem ser mais discutidas, para responder aos impactos identificados, enquanto agravos e doenças, a partir dos territórios e dos diferentes saberes das comunidades amazônicas.

2.2 ODS 13 E A AÇÃO CLIMÁTICA E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Essa seção explora a contribuição das práticas sustentáveis das populações amazônicas à mitigação das mudanças climáticas e a importância da preservação da Amazônia para o equilíbrio climático global.

Os grupos populacionais da Amazônia desempenham um papel vital na conservação dos ecossistemas e na mitigação das mudanças climáticas, aplicando práticas de manejo, que promovem o equilíbrio ambiental (Berkers, 1999; Castro, 1998; Pereira; Diegues, 2010). Isso reforça a necessidade de envolvê-los na tomada de decisões e na implementação de políticas, dada a etnoconservação que caracteriza suas ações (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022).

O papel dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na preservação da biodiversidade e na gestão sustentável dos recursos naturais da Amazônia é inegavelmente crucial para alcançar os ODS, ainda assim deve ser participativo e efetivo (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022). Há 1.693.535 indígenas no Brasil, 62% dos quais concentrados na Amazônia Legal, além de 1.327.802 quilombolas no território brasileiro, ratificando as grandes representatividades destes grupos na região da Amazônia (IBGE, 2023).

Tais populações usam dos recursos naturais locais em suas práticas de saúde e, portanto, a diminuição da disponibilidade destes recursos é preocupante, considerando a preservação de suas culturas. Esses recursos são extraídos da flora, sustentam as práticas curativas destes grupos e

estão imbricados nos cotidianos dos ofícios de benzedeiros, de pajés e de detentores de saberes ancestrais (Gama *et al.*, 2018; Lira; Chaves, 2016), representando as múltiplas singularidades, que se aproximam dos modos de vida destes grupos, que incluem suas crenças e seus comportamentos, além de suas relações diretas com os habitats naturais (Castro, 1998; Gama *et al.*, 2018; Lira; Chaves, 2016).

Nesse sentido, é necessário fazer uma interface entre este cenário e o das consequências dos desmatamentos e das queimadas, haja vista que têm trazido mudanças significativas às dinâmicas da região (Couto, 2021; Elwagner *et al.*, 2020; Santos, 2017), com consequências, como aumento da erosão do solo, precipitação de chuvas, temperaturas elevadas, além da perda da biodiversidade, impactando inclusive outras regiões das Américas (Santos, 2017).

A perda da biodiversidade também muda as dinâmicas dos rios e das suas vazantes. Essas alterações dificultam a mobilidade entre comunidades e os deslocamentos para outras localidades, para acesso a serviços de saúde (Fausto *et al.*, 2022; Lira; Chaves, 2016). A dificuldade de mobilidade é similar entre os diferentes grupos (Castro, 1998; Fausto *et al.*, 2023; Lira; Chaves, 2016). Por outro lado, há diferenças locais entre as doenças e os agravos, em virtude dos impactos ambientais e sociais nos territórios (Confalonieri, 2005), portanto a implementação das metas dos ODS oportuniza melhores resultados na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, por meio das análises da distribuição e do padrão destes efeitos nas regiões da Amazônia Legal.

Tratar-se-ia, no caso, da constituição de um diálogo sobre conservação ambiental entre os diferentes territórios e conhecimentos destes grupos, os apontamentos das políticas nacionais e as informações explanadas nos instrumentos internacionais. Para isso, é necessário tratar dos sistemas de transportes fluvial, imprescindíveis à região, em especial nas relações destes com os acessos a serviços de saúde (Fausto *et al.*, 2023), e, também, dos riscos ambientais, verificados pelos movimentos naturais dos ventos e das ondas das embarcações, que mudam as paisagens locais, e do desmatamento (Domíquez, 2003).

Nesse sentido, há o Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima (IPCC), que elabora relatórios de avaliação e fornece estimativas científicas sobre as mudanças climáticas e os seus efeitos (Artaxo, 2022; Pötner *et al.*, 2022) e que pode subsidiar discussões sobre os impactos ambientais nos territórios, como as mudanças nos cursos de rios e nas variáveis em

seus entornos — vento, desmatamento —, que notadamente fazem desaparecer comunidades e características peculiares de suas habitações. É imprescindível, portanto, estudar os impactos dos desaparecimentos e/ou das mobilidades destas comunidades, para melhorar as estratégias de atenção à saúde (Brasil, 2013; Domiguez, 2003).

Outrossim, com o avanço do desenvolvimento em diferentes regiões da Amazônia, nota-se o aumento das demandas por transportes fluviais, com consequentes aumentos da trafegabilidade fluvial, dos resíduos sólidos, dos vazamentos de combustíveis e do estresse da fauna aquática, que geram desequilíbrios nos ecossistemas locais (Domiguez, 2003). Tal questão impacta inclusive a disponibilidade de recursos essenciais, como água potável, e o acesso a serviços de saúde (Wakerman; Humphreys, 2011).

Nesse sentido, apontam-se as práticas tradicionais de manejo de recursos naturais, que, combinadas com as descobertas dos relatórios do IPCC, podem resultar em estratégias adaptadas para prevenir ou mitigar surtos de doenças (Elwagner *et al.*, 2020), associadas às mudanças climáticas (Artaxo, 2022). A compreensão das recomendações pode subsidiar tomadas de decisão, frente às consequências dos aumentos de doenças transmitidas por vetores, como dengue, zika, malária, febre amarela, entre outras (Artaxo, 2020; Carvalho *et al.*, 2020; Couto, 2021), de enchentes e de doenças respiratórias (Barcellos *et al.*, 2019; Mercado *et al.*, 2015).

Tais informações dão subsídios à discussão da meta ODS 3.9, que busca reduzir enfermidades oriundas de contaminações ambientais (Castro; Castro, 2022; Couto, 2021; ONU, 2015). Por outro lado, as informações sobre áreas desprotegidas de contaminação presentes no relatório do IPCC podem orientar os desenvolvimentos de programas de monitoramento, de regulamentações e de estratégias de intervenção, direcionadas a prevenir ou mitigar impactos (Elwagner *et al.*, 2020).

Os dados sobre alterações nos padrões pluviométricos, sobre degradações dos solos e sobre garimpos ilegais em algumas regiões (Couto, 2021), que trazem impactos diretos à produção agrícola, comprometendo a disponibilidade de alimentos nutritivos e gerando consequências nutricionais adversas, podem subsidiar discussões acerca da segurança alimentar, fundamental à garantia da saúde (Couto, 2021; Mercado *et al.*, 2015). No âmbito da meta ODS 3.2, esse cenário observado sinaliza a urgência em implementar ações, que visem resguardar a saúde nutricional, sobretudo de neonatos e de crianças, evitando a mortalidade por desnutrição infantil em regiões amazônicas (Bezerra *et al.*, 2020).

Por outro lado, as consequências dos problemas aqui descritos devem repercutir na saúde mental, ao longo tempo, isto é, o desaparecimento gradual de recursos naturais e os eventos traumáticos, associados às mudanças climáticas, culminam em episódios crescentes de estresse e de ansiedade (Torre; Amarante, 2022). Diante disso, a meta 3.4 pode ser implementada, para abordar e para intervir nos desafios psicossociais enfrentados, diante da realidade destes grupos — inclusive, sob os aspectos da meta 3.5, referente aos usos de drogas e de álcool (ONU, 2015).

Para lidar com estas questões, a ONU e os movimentos em seu entorno, como os do “Diálogos” e o da “Cúpula da Amazônia”, precisam debater com os grupos locais, para identificar suas singularidades e para promover a integralização de ações climáticas e de saúde que lhes sejam favoráveis. Na atualidade, a atuação do órgão é limitada, sendo necessário rever modelos, frente às desigualdades sociais (Artaxo, 2022), como proposições, em que haja protagonismo dos atores da Amazônia Legal na implementação das RAS.

A conexão entre os debates, desenvolvidos pelo “Diálogos” e pela “Cúpula”, seria uma oportunidade de mudar estratégias insipientes sobre o tema, possibilitando o protagonismo dos grupos regionais no combate às mudanças climáticas, a partir de estratégias locais, que impactam a saúde global. Como o equilíbrio destes ecossistemas depende da ação humana, tal protagonismo é essencial para identificar a heterogeneidade das regiões e a distribuição espacial das doenças (Artaxo, 2020), propondo soluções diversificadas e progressivas, com a adoção de políticas sociais e de saúde (Confalonieri, 2005), por meio de diagnósticos participativos.

2.3 A SUPERAÇÃO DA INVISIBILIZAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS E O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DESTES NAS DECISÕES E NAS DISCUSSÕES GLOBAIS

Essa seção explora os desafios da invisibilização das populações tradicionais e indígenas nos processos decisórios e apresenta caminhos para garantir sua inclusão efetiva.

A participação da sociedade civil subsidia práticas equânimes (Carvalho *et al.*, 2020; Couto, 2021), fortalece direitos e rompe com modelos colonialistas (Castro; Castro, 2022), bem como converge para a prevenção e para os tratamentos das doenças e dos agravos, com base no ordenamento local (Couto, 2021; Mercado *et al.*, 2015; Torre; Amarante, 2022). Essa abordagem responde às demandas imediatas de saúde e também constrói

uma base no longo prazo, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade, de equidade e de autodeterminação (Castro; Castro, 2022).

Tal iniciativa fortalece e protagoniza as manutenções de saberes e de fazeres de grupos amazônidas (Castro, 1998) e se alinha à conservação da biodiversidade, destacada na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), igualmente, demonstrando como a preservação de terras indígenas e tradicionais é essencial à mitigação dos impactos da devastação do meio ambiente. Por outro lado, ela revela como as ações dos mercados global e local têm devastado a Amazônia, gerando diversos conflitos com grupos locais, por não favorecer a autodeterminação destes (Castro; Castro, 2022).

Nesse sentido, a participação social, manifestada por meio de plenárias, de audiências públicas e de outras formas de engajamento do cidadão, é basilar para a implementação e para o monitoramento eficazes deste cenário (Macedo; Simonian, 2019). Tais espaços democráticos garantem que as vozes de diversos segmentos da sociedade, maiormente os marginalizados, sejam ouvidas, podendo alcançar a inclusão e a participação ativa de todos os interessados na formulação e na revisão de políticas e de medidas climáticas (Artaxo, 2020; Couto, 2021; Macedo; Simonian, 2019).

As plenárias, observadas no “Diálogos Amazônicos”, são instrumentos essenciais para garantir transparência, responsabilidade e inclusão, além de importantes espaços de discussão. Outrossim, esses espaços promovem a conscientização sobre questões climáticas, fortalecendo a capacidade da sociedade civil de atuar com o Estado, bem como constituem pontes para as discussões da Conferência para Mudanças do Clima (COP), fórum imprescindível a tomadas de decisão. Portanto, alinhar a participação social, manifestada em plenárias, ao contexto da COP significa reconhecer as vozes locais como tomadoras de decisões (Artaxo, 2020; Couto, 2021; Macedo; Simonian, 2019).

À medida que nos aproximamos da COP-30, que ocorrerá em Belém, capital do estado do Pará, na Região Norte do Brasil, em 2025, torna-se imprescindível a participação ativa da sociedade civil. O sucesso dos acordos depende, em grande parte, das capacidades de mobilizar e de incluir as diversas partes interessadas, garantindo que suas vozes sejam integradas aos processos decisórios (Macedo; Simonian, 2019) — discussões que se alinham à autodeterminação e à sustentabilidade.

Esses processos deveriam respeitar a soberania e as capacidades dos povos e das comunidades de protagonizar decisões (Castro; Castro,

2022), ou seja, sua autodeterminação, enfatizando, também, a equidade e a justiça social e garantindo que benefícios e responsabilidades, perante direitos, sejam efetivados. Eles emergem como espaços vitais à promoção e à discussão destes princípios, convergindo para o compartilhamento de percepções sobre desafios e sobre soluções entre comunidades locais, acadêmicos e formuladores de políticas.

A sustentabilidade reflete justamente esta busca por equidade. Quando as vozes das comunidades, em especial as daquelas diretamente subordinadas às mudanças climáticas, são ouvidas e integradas às decisões e aos compromissos globais, assegura-se que as soluções adotadas sejam ambientalmente responsáveis, socialmente justas e economicamente viáveis no longo tempo (Castro; Castro, 2022; Couto, 2021).

As ênfases na sustentabilidade, na equidade e na autodeterminação, conforme identificado nos registros do “Diálogos”, reflete a importância destes valores em discussões sobre a Amazônia e aponta caminhos para um modelo descolonizado (Castro, Castro, 2022), oportuno para implementar as metas dos ODS 3 e 13, que não invisibilizem as necessidades locais (Artaxo, 2020).

No âmbito do “Diálogos”, essas discussões ocorreram em cinco plenárias gerais e em uma plenária transversal, que subsidiaram outros espaços — mesas, rodas de conversas, intervenções paralelas. As reflexões foram sobre saúde, sobre segurança, sobre juventude, sobre Ciência e Tecnologia, sobre mudanças do clima e sobre povos indígenas. A articulação, no entanto, com a Cúpula pouco prosseguiu, haja vista que as demandas indicadas nas plenárias não foram sinalizadas no documento formal no fim do evento, a carta de Belém (Brasil, 2023).

Isso demonstra que os Diálogos trabalharam um enfoque significativo na equidade, mas, em nível prático, não convergiu com a Declaração de Belém (Brasil, 2023). Diante desses obstáculos e da necessidade urgente de rever as metas, para se alcançar os resultados esperados para a Agenda de 2030, verifica-se que este movimento deve continuar, por intermédio de conferências em saúde e de congressos científicos, com participação social, convergindo com as necessidades globais, articulação primordial para fortalecer debates no entorno do Sistema Único de Saúde.

Ao lançar luz sobre as *nuances* específicas e sobre os desafios singulares enfrentados pelas comunidades amazônicas, criam-se oportunidades de adaptar e de inovar as estratégias da RAS. Para isso, deve-se considerar

práticas internacionais bem-sucedidas e, ao mesmo tempo, compartilhar soluções adaptativas locais com outras regiões do mundo.

Ademais, o movimento em torno desta dinâmica pode atrair investimentos e parcerias internacionais, que podem ser canalizados para fortalecer a infraestrutura local, e alinhados às necessidades e realidades das comunidades locais (Modelli, 2023). Isso pode ocorrer com financiamento adequado para pesquisa, buscando uma interação que promova a catalisação de diálogos de melhores práticas e de conhecimentos especializados, além de investimentos para promover pesquisas com os amazônidas e na região.

Outrossim, a valorização dos conhecimentos locais, a implementação de ações estratégicas e a atuação intersetorial podem ser ferramentas vitais para melhorar os indicadores de saúde (Lima *et al.*, 2022), para elevar as condições de vida e para reduzir a mortalidade e as iniquidades em saúde, indo ao encontro do ODS 3. Para que esta transformação aconteça, é oportuno ampliar a discussão sobre a promoção de políticas, de modo que o valor das práticas tradicionais seja visto como necessário ao cuidado à saúde e ao enfrentamento das mudanças climáticas (Artaxo, 2022; Modelli, 2023), o que oportuniza o encontro entre os ODS 3 e 13.

Nos contextos global e nacional, em que mecanismos que perpetuam vulnerabilidades e desigualdades são intensificados (Artaxo, 2022), as lutas por reconhecimento e por inclusão se tornam ainda mais árduas. A desvalorização e a deslegitimação de direitos e de práticas de povos e comunidades tradicionais agravam ainda mais as disparidades e se afastam dos preceitos da Agenda Global, principalmente os ODS 3 e 13. Por outro lado, valorizado o conhecimento tradicional, verifica-se uma oportunidade singular para as incorporações de práticas e de perspectivas ancestrais em estratégias de saúde e ambientais (Burtet; Fontanela; Marocco, 2022; Pereira; Diegues, 2022), de modo a construir um diálogo de fato inclusivo.

3 CONCLUSÕES

As preservações do ecossistema amazônico e da saúde das comunidades que nele habitam estão intrinsecamente ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3 e 13. As práticas das comunidades amazônicas oferecem soluções concretas para a preservação ambiental e para a mitigação dos impactos climáticos, mas estas contribuições têm sido negligenciadas nos processos oficiais de tomada de decisão, como

evidenciado pela desconexão entre as discussões do “Diálogos Amazônicos” e a Carta de Belém, derivada deste evento.

No contexto mais amplo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a preservação da Amazônia e a proteção à saúde de suas comunidades se alinham perfeitamente às metas globais, mas é necessário implementá-las, a fim de trazer seus protagonistas para o centro da discussão, reorganizando-os no sentido equânime, tanto geográfica quanto coletivamente. A inclusão efetiva destas vozes é fundamental para garantir a sustentabilidade e a equidade na região e também para alcançar as metas dos ODS de forma eficaz, alinhando saúde, meio ambiente e participação social.

Esse reconhecimento deve passar pelos agires político, social e econômico, a fim de aspirar alcançar tais objetivos de forma equânime, tanto para a região amazônica quanto para o mundo como um todo, distante do que se segue no desenho proposto, generalista e pouco inclusivo, quando pensado a partir da Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARTAXO, P. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 53-66, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ARTAXO, P. Oportunidades e vulnerabilidades do Brasil nas questões do clima e da sustentabilidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 135, p. 119-136, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i135p119-136>. Acesso em: 22 out. 2023.

ARTAXO, P. Mudanças climáticas: caminhos para o Brasil: a construção de uma sociedade minimamente sustentável requer esforços da sociedade com colaboração entre a ciência e os formuladores de políticas públicas. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 4, p. 01-14, 2022.

BARCELLOS, C.; XAVIER, D.; HACON, S.; ARTAXO, P.; GRACIE, R.; MAGALHÃES, M.; MATOS, V.; MONTEIRO, Â. M.; FEITOSA, P. Queimadas na Amazônia e seus impactos na saúde: A incidência de doenças respiratórias no sul da Amazônia aumentou. **Observatório do Clima e Saúde**, Rio de Janeiro, 30 set. 2019. Disponível em: https://climaesaude.icict.fiocruz.br/sites/climaesaude.icict.fiocruz.br/files/informe_observatorio_queimadas.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

BERKES, F. **Sacred ecology**: traditional ecological knowledge and resource management. Philadelphia: Taylor & Francis, 1999.

BEZERRA, M. S. *et al.* Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Diálogos Amazônicos: Belém (PA). **Secretaria-Geral da Presidência da República**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/assuntos/dialogosamazonicos>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Atenção integral à Saúde dos Populações do Campos, Águas e Florestas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BURTET, G.; FONTANELA, C.; MAROCCO, A. A proteção dos conhecimentos tradicionais: uma abordagem a partir da agenda 2030 da ONU. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 31, n. 55, p. 141-156, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v31i55.6221>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CARNEIRO, F. F.; PESSOA, V. M.; TEIXEIRA A. C. A. **Campo, floresta e águas: práticas e saberes em saúde**. Brasília, DF: Editora UnB, 2017.

CARVALHO, B. M.; PEREZ, L. P.; OLIVEIRA, B. F. A.; JACOBSON, L. S. V.; HORTA, M. A.; SOBRAL, A.; HACON, S. S. Doenças transmitidas por vetores no Brasil: mudanças climáticas e cenários futuros de aquecimento global. **Sustainability in Debate**, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 383-404, 2020.

CASTRO, E. M. R. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, p. 1-16, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v7i1.11834>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CASTRO, E. M. R.; CASTRO, C. P. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 25, n. 1, p. 11-36, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v25i1.12189>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONFALONIERI, U. E. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 221-236, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100014>. Acesso em: 21 maio 2022.

COPERTINO, M.; PIEDADE, M. T. F.; VIEIRA, I. C. G.; BUSTAMANTE, M. Desmatamento, fogo e clima estão intimamente conectados na Amazônia. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 4, p. 4-5, 2019.

COUTO, R. C. S. Saúde e ambiente na Amazônia Brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 23, n. 3, p. 167-178, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i3.7280>. Acesso em: 14 ago. 2022.

DOMINGUEZ, C. Importância dos rios nos sistemas de transporte da Amazônia. In: ARAGÓN, L.; CLUSENER-GODT, M. (org.). **Problemática do uso local e global da água na Amazônia**. Belém: NAEA, 2003. p. 167-188.

ELLWANGER, J. H.; KULMANN-LEAL, B.; KMINSKI, V.; VALDERDE-VILLEGAS, J. M.; VEIGA, A. B.; SPILKI, F.; FEARNSTIDE, P.; CAESAR, L.; GIARRI, L. L.; WALLAU, G.; ALMEIDA, S.; BORBA, M.; HORA, V.; CHIES, J. A. Beyond diversity loss and climate change: Impacts of Amazon deforestation on infectious diseases and public health. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, São Paulo, v. 92, n. 01, e20191375, 2020.

FAUSTO, M. C. R.; ALMEIDA, P. F.; BOUSQUAT, A.; LIMA, F. G.; SANTOS, A. M.; SEIDL, H.; MENDONÇA, M. H.; CABRAL, L. M. S.; GIOVANELLA, L. Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos brasileiros: contexto, organização e acesso à atenção integral no Sistema Único de Saúde. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. e220382pt, 2023.

FAUSTO, M. C. R.; GIOVANELLA, L.; LIMA, J. G.; CABRAL, L. M. S.; SEIDL, H. Sustentabilidade da Atenção Primária à Saúde em territórios rurais remotos na Amazônia fluvial: organização, estratégias e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1605-1618, 2022.

FERREIRA, L. V.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 157-166, 2005.

FRANCO, C. M.; GIOVANELLA, L.; BOUSQUAT, A. Atuação dos médicos na Atenção Primária à Saúde em municípios rurais remotos: onde está o território? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 03, p. 821-836, 2023.

GAMA, A. S. M. *et al.* Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 2, e00002817, 2018.

- IBGE. Panorama do Censo 2022. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 16 set. 2023.
- LIMA, R. T. S. *et al.* Saúde em vista: uma análise da Atenção Primária à Saúde em áreas ribeirinhas e rurais amazônicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 2053-2064, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.02672021>. Acesso em: 10 set. 2023.
- LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, p. 66-76, 2016.
- MACEDO, A.; SIMONIAN, L. T. L. Uma abordagem preliminar sobre governança e unidade de conservação na fronteira entre Brasil e Bolívia. **Amazonia Investiga**, Leticia, v. 8, n. 24, p. 604-614, 2019.
- MALHI, Y.; ROBERTS, T.; BETTS, R.; KILLEEN, T.; NOBRE, C. Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. **Science**, [s. l.], v. 319, n. 5860, p. 169-172, 2008.
- MERCADO, D. S.; ALMEIDA, G. S.; SILVA, Y. L. S.; CORREIA, J. S. C. Hábitos alimentares de ribeirinhos da Amazônia e contribuições das enchentes no agravo ao quadro de insegurança alimentar. **Saber Científico**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 14-18, 2021.
- MODELLI, L. Diálogos Amazônicos: o que aconteceu e o que temos a comemorar. **Greenpeace**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/dialogos-amazonicos-o-que-aconteceu-e-o-que-temos-a-comemorar/>. Acesso em: 12 dez. 2023.
- ONU. Acordo de Paris sobre o clima. **Organização das Nações Unidas**, Genebra, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>. Acesso em: 20 maio 2022.
- ONU. **WHO guideline on health workforce development, attraction, recruitment and retention in rural and remote areas**. Genebra: ONU, 2021.
- PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio ambientes**, Curitiba, n. 22, p. 37-50, 2010.

PÖRTNER, H. El papel de los océanos en el contexto de un clima cambiante. **Boletín de la OMM**, [s. l.], v. 70, n. 1, p. 21-23, 2021.

RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. Condições de desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais em cidades da Amazônia paraense: elementos promovedores da expansão e dispersão da Covid-19? **Hygeia: revista brasileira de geografia médica e da saúde**, [s. l.], n. especial, p. 132-142, 2020.

SANTOS, T. O. Os impactos do desmatamento e queimadas de origem antrópica sobre o clima da Amazônia brasileira: um estudo de revisão. **Revista Geográfica Acadêmica**, Boa Vista, v. 11, n. 2, p. 157-181, 2017.

TORRE, E.; AMARANTE, P. Saúde mental, direitos humanos e justiça ambiental: a 'quimicalização da vida' como uma questão de violação de direitos humanos decorrente da intoxicação institucionalizada. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial, p. 327-344, 2022.

WAKERMAN, J.; HUMPHREYS, J. H. Sustainable primary health care services in rural and remote areas: innovation and evidence. **Australian Journal of Rural Health**, Armidale, Vol. 19, No. 3, p. 118-124, 2011.